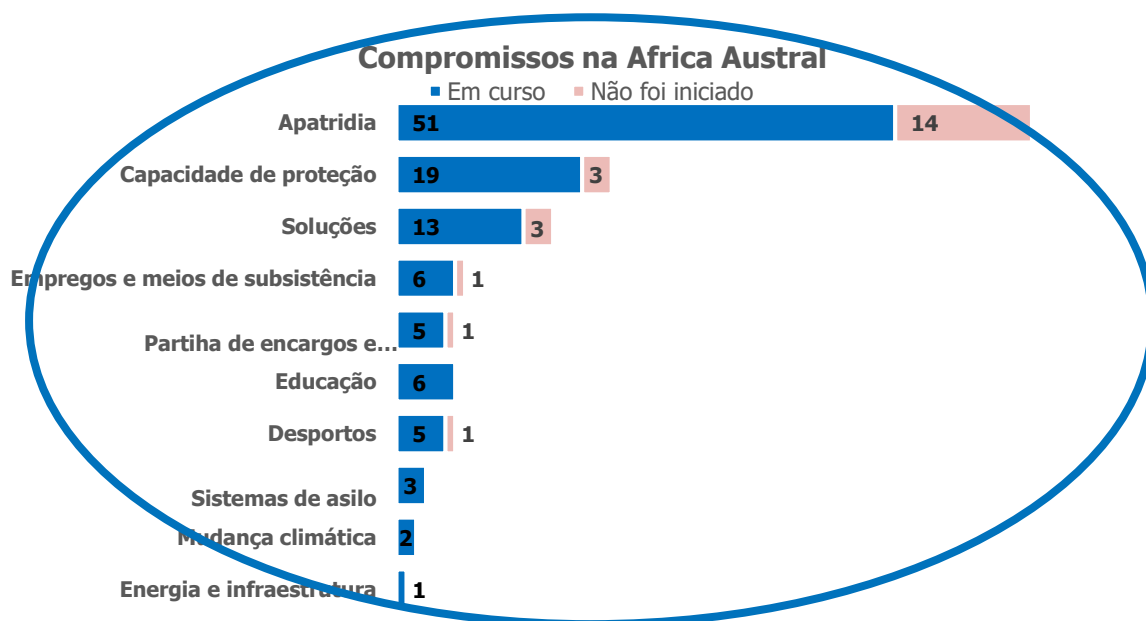


GRF NEWSLETTER

80% DOS COMPROMISSOS ESTÃO EM CURSO

Durante o Fórum Global sobre Refugiados (GRF) de 2019, a África Austral fez um número sem precedentes de compromissos para tratar das questões do asilo e da apatridia: 134 compromissos de 14 Estados e 10 organizações. Até ao primeiro trimestre de 2021, 80% desses compromissos estavam a ser implementados.



RESUMO

- A **República Democrática do Congo** está prestes a aderir às convenções sobre apatridia
- **Madagáscar, Lesoto** e **Essuatíni** iniciaram a reforma da lei da nacionalidade
- A **Namíbia, Essuatíni, Angola** e o **Zimbábue** estão muito adiantados na recolha de dados sobre apatridia
- A **República do Congo** e a **República Democrática do Congo** estão a reforçar os seus sistemas de registo de nascimento
- A **Zâmbia, Maláui** e a **Namíbia** progrediram no sentido de incluírem os refugiados e as pessoas deslocadas nos sistemas e programas nacionais em diferentes sectores, como a educação, a saúde e os meios de subsistência.
- O **Município de Durban** está bastante adiantado quanto à organização da sua primeira Cimeira de Coesão Social
- A **International Association of Refugee and Migration Judges** e a **Southern African Legal Advocacy on Asylum & Migration** estão a reforçar a capacidade dos profissionais da área jurídica de melhorarem a proteção e os serviços de asilo

Capacidade de proteção



Uma família atravessa o rio Ubangi após o reinício do Repatriamento Voluntário da República Democrática do Congo para a República Centro-Africana. Os atrasos foram consequência da COVID-19. © ACNUR /C.N.M. Achu

MALÁUI

Compromisso: Reformar a legislação e as políticas nacionais de asilo. Finalizar e adotar a Política Nacional de Migração, rever o Estatuto dos Refugiados, reavaliar a política de acampamento e a reserva de acesso à educação pública.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

Em 2020, o governo criou um grupo de trabalho interministerial para elaborar a Política Nacional de Migração. No início de 2021, este grupo de trabalho concluiu a versão final da Política Nacional de Migração e submeteu-a ao Ministério de Segurança Interna para revisão.

ZÂMBIA

Compromisso: Harmonizar as disposições do Estatuto dos Refugiados e da legislação da Imigração para colmatar as lacunas existentes e garantir o exercício dos direitos dos refugiados de acordo com os padrões internacionais.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

O governo iniciou o desenvolvimento da Política para os Refugiados em 2020, e a comissão interministerial elaborou um quadro de referência. A recolha de dados foi realizada para auxiliar o desenvolvimento da política. Está planeado um evento consultivo das partes interessadas em junho,

para rever os resultados e discutir o esboço da política. O ACNUR fornece apoio técnico e financeiro a este processo, que deverá estar finalizado este ano. Espera-se que a política melhore a administração do Estatuto dos Refugiados de 2017 e aumente o exercício dos direitos das pessoas em questão.

ZÂMBIA

Compromisso: Até 2021, garantir que os refugiados tenham acesso ao registo civil e à documentação legal.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

O governo emitiu um total de 898 certidões de nascimento (253 em Lusaka e 645 em Mayukwayukwa) em 2020. Outras 821 pessoas receberam também cartões de cidadãos estrangeiros em 2020. Numa tentativa de melhorar a cobertura e os serviços de registo de nascimento, está a decorrer o registo móvel nos assentamentos de refugiados, onde não há uma presença permanente do Departamento Nacional de Registos, passaportes e cidadania. O Comissário para os Refugiados, com o apoio do ACNUR, deu também início à instalação de quiosques de auto-registo e ao recrutamento de pessoal para apoiar o funcionamento dos quiosques em Lusaka e nos assentamentos.

ZIMBABUÉ

Compromisso: Até 2021, criar um sistema nacional de gestão de dados, construir centros de receção nos principais pontos de entrada e reforçar os procedimentos de determinação do estatuto de refugiado.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

Em 2020, o Ministério do Governo Local e Obras Públicas, com o apoio do ACNUR, renovou o centro de trânsito na fronteira nordeste do Zimbabué com Moçambique. O centro, que não estava em condições de ser utilizado antes da reabilitação, tem agora seis quartos prontos a serem utilizados pelos requerentes de asilo que possam chegar pela fronteira.

Para reforçar o processamento da RSD (determinação da condição de refugiado), cinco funcionários do governo estão a ter formação em RSD. Os funcionários também participaram no webinar de RSD realizado pelo ACNUR e estão atualmente a concluir o curso de e-learning em RSD na plataforma aprender e conectar do ACNUR.

COMPROMISSO CONJUNTO DE ADVOGADOS E SOCIEDADE CIVIL¹ NA ÁFRICA DO SUL

Compromisso: Desenvolver uma rede online com o objetivo de trocar conhecimentos e boas práticas no domínio do direito dos refugiados e da cidadania na África do Sul.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

Em 2020, o consórcio de advogados e sociedade civil adotou o nome oficial de Southern African Legal Advocacy on Asylum & Migration (SALAAM). A SALAAM tem como objetivo reforçar a proteção jurídica

¹O grupo é composto por Nelson Mandela University Refugee Rights Centre, Lawyers for Human Rights, Unidade de Direitos dos Refugiados da Universidade de Cape Town, Scalabrini Centre of Cape Town, David Simonsz, advogado do Supremo Tribunal da África do Sul e membro do Cape Bar, Lee Anne de la Hunt (advogada, Cape Bar Society), Centre for Child Law, Faculdade de Direito, Universidade de Pretória, The Public Interest Practice

das pessoas em questão na África Austral através da ação coletiva de uma rede de organizações jurídicas e indivíduos. A SALAAM está a contactar atores jurídicos de outros países daquela região para que se tornem membros da rede. O plano de ação da SALAAM inclui a promoção de melhores sistemas de asilo e o acesso a direitos para os refugiados e migrantes, e o desenvolvimento de capacidades, formação e partilha de conhecimento para membros, bem como para o governo, a magistratura, a sociedade civil e o setor privado, que desempenham um papel na proteção das pessoas em questão na África Austral.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF REFUGEE AND MIGRATION JUDGES (IARMJ)

Compromisso: Apoiar a formação de 2000 profissionais da área jurídica e juízes sobre o estatuto do refugiado e a determinação do estatuto de refugiado até 2023 em colaboração com os seus parceiros.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

Em dezembro de 2020, o IARMJ em colaboração com o ACNUR realizou uma formação para 20 juízes na África do Sul sobre as Convenções da UA e da ONU para os Refugiados. O IARMJ e o ACNUR estão a estabelecer um Centro de Excelência em parceria com o Judicial Institute for Africa (JIFA). O Centro visa formar juízes e profissionais da área jurídica de língua inglesa do continente africano sobre as questões de asilo e refugiados, bem como de apatridia e nacionalidade.

Soluções



Mulheres locais apoiadas pela comunidade empresarial da Somália em Pretória, África do Sul. Os refugiados ajudaram as comunidades anfitriãs durante a COVID-19, distribuindo ajuda às famílias locais necessitadas.

© ACNUR/ H. Caux

MUNICÍPIO DE DURBAN, ÁFRICA DO SUL

Compromisso: Facilitar a integração de refugiados e requerentes de asilo nas comunidades em que vivem, reforçando a coesão social, inclusive através da formação de embaixadores da comunidade que vão promover o entendimento entre culturas e abordar as diferenças em bairros multiculturais.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

O Município de eThekweni vai convocar uma cimeira de coesão social que contará com a presença não só das autoridades governamentais, mas também de líderes de refugiados num esforço para ser mais inclusivo. A Cimeira abordará não só a recente onda de violência contra estrangeiros em Durban, como também reforçará o entendimento entre culturas e promoverá a coesão social. Visa também fomentar um ambiente propício para a recuperação económica, criação de empregos e direitos humanos para todos. Mais de 100 participantes do governo local, ministérios sectoriais, associações da sociedade civil, sector privado, organizações internacionais e media reuniram-se para discutir as causas primordiais da xenofobia e da violência e as possíveis soluções. O evento também analisará os compromissos do GRF feitos pela cidade e avaliará o progresso realizado até ao momento.

MALÁUI

Compromisso: Inclusão dos refugiados na Agenda de Desenvolvimento Nacional até 2020 e nos sistemas nacionais. Fornecer apoio às necessidades contínuas e imediatas de saúde, água e saneamento, educação e segurança.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

Já em 2018-2019, o governo incluiu os refugiados na sua Estratégia de Desenvolvimento e Crescimento do Maláui III (MGDS III), que sublinhava a necessidade de "aumentar o apoio e envolver os refugiados na programação e implementação do desenvolvimento nacional". Desde então, o governo tomou medidas para demonstrar a inclusão dos refugiados nos sistemas e programas nacionais.

A unidade de saúde administrada pelo governo no Campo de Refugiados de Dzaleka oferece serviços de saúde gratuitos aos refugiados e à comunidade anfitriã. A unidade foi alargada em 2020 e 2021 para melhorar os serviços e a capacidade.

Os refugiados foram incluídos na resposta Covid-19 do governo. O governo estabeleceu uma equipa de trabalho de campo Covid-19 composta por líderes das comunidades de refugiados e chefes locais da comunidade anfitriã para rever e monitorizar a prevenção e resposta à Covid-19 no campo de refugiados e na comunidade em redor.

Foi inaugurada uma unidade de receção, quarentena e isolamento no Campo de Refugiados de Dzaleka com capacidade para 250 pessoas. O governo forneceu um terreno para uma expansão adicional por forma a adaptar-se ao aumento do número de casos de Covid-19.

Os refugiados também foram incluídos na resposta educacional do governo, financiada pela Parceria Global para a Educação. A resposta incluiu o fornecimento de materiais de aprendizagem e ferramentas para alunos, professores e escolas de modo a garantir a continuidade da aprendizagem durante a pandemia.

NAMÍBIA

Compromisso: Reforçar o acesso a serviços de saúde de qualidade e fornecer medicamentos e equipamentos médicos, bem como pessoal médico formado.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

O governo administra uma clínica no assentamento de refugiados de Osire, que fornece serviços de saúde gratuitos aos refugiados e requerentes de asilo, continua a disponibilizar recursos para cobrir os salários do pessoal de saúde, os medicamentos os equipamentos, o transporte, o combustível e as reparações. Como o assentamento foi classificado como um local vulnerável durante o surto de Covid-19, foram implementados protocolos de saúde. Um centro de isolamento foi criado para os casos confirmados de Covid-19. Como parte das medidas de prevenção, foram também distribuídos equipamentos de proteção individual aos refugiados e realizadas sessões de sensibilização. O governo também estabeleceu um Comité Diretivo da Covid-19 no assentamento, especificamente para coordenar e monitorizar a implementação das medidas da Covid-19.

Educação



Licenciados da escola de codificação AppFactory no campo de refugiados de Dzaleka, Malawi. © ACNUR /Rhumbani Msiska

NAMÍBIA

Compromisso: Fornecer educação de qualidade aos refugiados, permitindo que eles adquiram as competências necessárias que facilitarão a autossuficiência e a inclusão no sistema económico local, com benefícios tanto para os refugiados como para a comunidade anfitriã.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

O governo continua a fornecer gratuitamente educação primária e secundária a requerentes de asilo e refugiados, e disponibiliza os recursos necessários para os salários dos professores e para materiais

de ensino e aprendizagem. Atualmente, 82% (1436) dos refugiados em idade escolar estão matriculados em escolas primárias e secundárias nacionais em Osire. Quarenta e um professores foram designados para trabalhar nas escolas de Osire com o apoio do governo.

ZÂMBIA

Compromisso: Manter a inclusão dos refugiados no sistema nacional de educação em todos os níveis, oferecendo inclusive educação pré-primária e primária gratuitas, bem como educação secundária e universitária.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

Maior acesso a centros de exames

O governo concedeu o estatuto de centro de exames às escolas de Mantapala. Isso significa que mais de cento e cinquenta (150) alunos do assentamento de Mantapala não precisam de ir para escolas distantes, como acontecia anteriormente. Isto aumenta o acesso aos exames e, em última análise, espera-se que melhore as taxas de transição do 9º para o 10º ano.

Maior acesso a escolas secundárias

O governo aprovou a criação da primeira escola secundária em Mantapala. Isto oferece melhores perspectivas para que mais refugiados e alunos da comunidade anfitriã façam a transição do ensino básico (9º ano) para o ensino secundário (10º ano) e reduz o custo da frequência do ensino secundário. Seguindo esta aprovação, o governo da Zâmbia disponibilizou mais seis (6) professores para lecionarem no ensino secundário.

Maior reconhecimento da aprendizagem anterior

A Technical Education, Vocational Training and Entrepreneurship Training Authority (TEVETA), uma entidade governamental responsável pelo desenvolvimento de competências técnicas e vocacionais, a trabalhar em colaboração com o ACNUR e a OIT, incluiu quinze (15) refugiados sediados em Lusaka no programa piloto para o Reconhecimento da Aprendizagem Anterior. O Reconhecimento da Aprendizagem Anterior fornece certificação às pessoas que possuem competências em áreas técnicas específicas, mas que não frequentaram um ensino formal. O foco atual desta intervenção está na construção, mineração e competências técnicas relacionadas com a manufatura. O ACNUR e o Comissário para os Refugiados estão a trabalhar para garantir que a cobertura do programa seja alargada aos assentamentos de refugiados quando os recursos estiverem disponíveis.

Parcerias

O Comissário para os Refugiados, em colaboração com o ACNUR, está a estabelecer parcerias com instituições de ensino superior para fornecer bolsas de estudo a alunos refugiados. Recentemente, a Cavendish University, uma universidade local, concedeu bolsas de estudo a 10 refugiados, com a possibilidade de bolsas adicionais à medida que a parceria se for desenvolvendo. Está a ser criada uma parceria entre o Ministério da Educação, o ACNUR e a iSchool, uma empresa privada local que fornece conteúdo de e-learning. As escolas primárias dos 3 assentamentos vão receber tablets, adquiridos através do financiamento Education Cannot Wait, com currículos eletrónicos pré-carregados e pré-aprovados pelo Ministério da Educação Geral, como materiais educacionais suplementares.

Empregos e meios de subsistência



Produção de horticultura no assentamento de Osire, Namíbia. © The Society for Family Health.

MALÁUI

Compromisso: Promover a autossuficiência 1) introduzindo a abordagem de assentamento para melhorar o desenvolvimento integrado dos refugiados e da comunidade local, 2) descongestionando e transformando o Campo de Refugiados de Dzaleka num centro socioeconómico/centro de serviços, 3) criando oportunidades para fontes de rendimento mais regulares e previsíveis e inclusão económica dos refugiados, 4) promovendo um ambiente favorável para que os refugiados registem os seus negócios sem terem de pagar taxas elevadas.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

Governo alocou mais terras em dois locais, Katubzya e Dzaleka Hills, para descongestionar o campo de refugiados de Dzaleka. Com o apoio do ACNUR, estes locais foram desenvolvidos e, desde janeiro de 2021, 224 das 500 famílias já se mudaram para o novo assentamento. As restantes famílias aguardam a conclusão dos abrigos. Assim que o campo for descongestionado, serão iniciados os planos de desenvolvimento económico do campo de Dzaleka.

Em 2020, o governo incluiu os refugiados na distribuição de insumos agrícolas (por exemplo, fertilizantes e sementes) para aumentar o rendimento agrícola das famílias que não podiam pagar os insumos agrícolas. 1041 refugiados e 759 famílias da comunidade anfitriã beneficiaram de fertilizantes e sementes.

ZÂMBIA

Compromisso: Melhorar os meios de subsistência e a autossuficiência ampliando o programa de apoio a insumos agrícolas (FISP) aos refugiados.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

O governo demarcou mais 1300 lotes agrícolas para serem alocados aos refugiados, com 700 já alocados até o final de 2020 em Mantapala. Mais 900 agricultores refugiados em Mantapala foram incluídos no Integrated Agriculture Management Information System (ZIAMIS), para além dos 1425 agricultores refugiados já registados. Além disso, 1054 refugiados e membros da comunidade anfitriã foram apoiados com sementes e fertilizantes (200 do programa do governo de apoio aos insumos agrícolas (FISP) e 854 da intervenção financiada pela União Africana). O registo no ZIAMIS é o primeiro passo para a inclusão no programa FISP. Dada a limitada capacidade de integração do FISP, a inclusão dos refugiados acontecerá de forma gradual.

NAMÍBIA

Compromisso: Alocar 70 hectares para atividades agrícolas.

Situação relativa a implementação do compromisso: Concluído

O governo alocou 70 hectares para a subsistência da agricultura no assentamento de Osire. Estão agora a ser usados 16 hectares para a produção de horticultura e aquicultura, fornecendo alimentos e rendimentos muito necessários para as famílias dos refugiados. Os Ministérios da Agricultura e das Pescas e Recursos Marinhos, juntamente com o ACNUR, estão a apoiar as atividades agrícolas com insumos (por exemplo, sementes, alevinos, fertilizantes), serviços de extensão (por exemplo, formação e orientação) e ligação ao mercado (por exemplo, acesso a compradores). O assentamento tem potencial para uma produção agrícola viável e, com os recursos adequados, a terra disponível pode ser desenvolvida para criar meios de subsistência para os que estão no acampamento, contribuindo ao mesmo tempo para a economia local na área circundante.

Desportos



Uma das equipas dos eventos desportivos organizados pela The Society for Family Health no assentamento de Osire, Namíbia.
© The Society for Family Health

COUNCIL OF SOUTHERN AFRICA FOOTBALL ASSOCIATIONS (COSAFA)

Compromisso: Aumentar a disponibilidade e o acesso a desportos organizados e iniciativas baseadas em desportos para os refugiados e as comunidades anfitriãs, considerando a idade, o género, a deficiência e outras necessidades de diversidade

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

Em novembro de 2020, a COSAFA assinou um Memorando de entendimento com o Gabinete Regional do ACNUR para a África Austral com o objetivo de promover um maior acesso dos refugiados e das comunidades anfitriãs a desportos e iniciativas relacionadas. A assinatura do Memorando de entendimento coincidiu com os 16 Dias de Ativismo contra a Violência de Género, e a COSAFA participou na campanha que promove mensagens positivas contra a violência sobre as mulheres na sua plataforma digital. As mensagens de vídeo foram feitas por treinadores de futebol, jogadores, árbitros e funcionários selecionados para realçar as questões de violência de género e promover a justiça de género.

ZÂMBIA

Compromisso: Facilitar e permitir a inclusão social dos refugiados nas comunidades locais, facilitando o acesso a desportos, artes e cultura em todos os cenários de refugiados.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

A Associação de Futebol da Zâmbia, a Associação de Judo e a Associação de Basquetebol têm vindo a incluir equipas desportivas de Maheba e Mayukwayukwa, predominantemente compostas por

refugiados, em eventos desportivos e ligas. O Comissário para os Refugiados, juntamente com o ACNUR, está a estabelecer parcerias formais com as três associações, bem como com outras associações desportivas nacionais, para aumentar ainda mais a inclusão e a participação dos jovens refugiados e das comunidades anfitriãs nas diferentes modalidades desportivas. Para apoiar as atividades desportivas, os equipamentos e os uniformes desportivos foram fornecidos com o apoio do ACNUR.

Apatridia - Registo de Nascimento



Cerimônia de entrega de certidões de nascimento para populações indígenas no Departamento de Lekoumou©
ACNUR/Quentin Banga

REPÚBLICA DO CONGO

Compromisso: Garantir que qualquer pessoa identificada sem certidão de nascimento no censo do registo civil nacional obtenha uma certidão de nascimento até 2019.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

O governo identificou mais de 150 000 pessoas sem registo de nascimento. Já regularizou e emitiu certidões de nascimento para mais de 20 000 pessoas. O processo de regularização está em curso.

REPÚBLICA DO CONGO

Compromisso: Continuar com as atividades de sensibilização da população para encorajar o registo de cada nascimento.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

Em novembro de 2020, a República do Congo lançou uma campanha de consciencialização sobre o registo de nascimento e a prevenção da apatridia nos departamentos de Brazzaville, Plateaux e Likouala. 50 funcionários comunitários foram formados e deslocados em turnos para aumentar a consciencialização sobre a necessidade de registar os nascimentos a fim de reduzir os riscos de apatridia. Durante a primeira fase da campanha, de 1 de novembro a 31 de dezembro de 2020, mais de 30 000 famílias foram sensibilizadas. No dia 1 de abril de 2021, o governo, com o apoio do ACNUR, lançou a segunda fase da campanha de consciencialização. A atividade vai realizar-se nos departamentos de Brazzaville, e será desdobrada para outros departamentos assim que o financiamento for mobilizado. Até à data, esta segunda fase da campanha chegou a mais 9000 famílias.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Compromisso: Reformar o mecanismo de registo civil, bem como o sistema CRVS, institucionalizar a recolha de dados sobre apátridas e pessoas em risco de apatridia e prevenir a apatridia através da criação de mecanismos nacionais, registo de nascimento e emissão de documentos de identidade nacionais até dezembro de 2019.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

O Ministério da Justiça e o Ministério do Interior, consultando as agências da ONU e o Banco Mundial, desenvolveram em 2020 um projeto conjunto sobre a reforma da identidade jurídica. O projeto teve início em fevereiro de 2021. O projeto visa criar um ambiente jurídico e institucional favorável à implementação da agenda sobre identificação legal e identidade digital.

No seguimento deste projeto, foi elaborado um código de família em 2021 pelo Ministro do Interior e Segurança com o apoio do Banco Mundial. O novo código de família introduzirá as seguintes alterações: emissão do número de identificação nacional, criação da função pública nacional, criação de registo civil nas estruturas de saúde, reforço da segurança de dados, informatização do sistema de registo civil, clareza entre as responsabilidades do Ministério da Justiça e do Ministério do Interior.

Apátrida - Reforma das políticas e das leis



Mpho, apátrida e seus filhos na África do Sul. © ACNUR/H. Caux

UNIÃO DAS COMORES

Compromisso: Criar uma comissão nacional interministerial (Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério da Justiça, Ministério do Interior e Assembleia Nacional) até ao início de 2020, para prevenir e lutar contra a apátrida

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

Em 2020, uma comissão nacional interministerial foi criada na União das Comores. Um aspeto fundamental deste trabalho será desenvolver uma política nacional de migração em que se inclua as questões da apátrida migrante.

ESSUATÍNI

Compromisso: Criar um procedimento para determinar a situação dos migrantes apátridas de acordo com a Convenção de 1954 até o final de 2022

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

O Ministério do Interior (MoI) iniciou o processo para desenvolver um procedimento para determinar a situação dos migrantes apátridas. Solicitou ao ACNUR exemplos de leis sobre a proteção de migrantes apátridas que foram atempadamente partilhados. Solicitou agora que o ACNUR organize uma formação para funcionários sobre a proteção de migrantes para que possam iniciar o processo de elaboração de um projeto de lei sobre este assunto.

ESSUATÍNI

Compromisso: Realizar consultas nacionais sobre igualdade de género nas leis de nacionalidade e iniciar as reformas necessárias para apoiar a igualdade de capacidade dos cidadãos para atribuir a nacionalidade a cônjuges e filhos até ao final de 2024.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

Em novembro de 2020, o Ministério do Interior, com o apoio do ACNUR, convocou um workshop consultivo com os membros do Parlamento. O objetivo era discutir as atuais disposições discriminatórias de género no quadro jurídico da nacionalidade e o seu impacto na ocorrência de apatridia. No final do workshop, os membros do Parlamento manifestaram o seu apoio ao processo de reforma.

ESSUATÍNI

Compromisso: Introduzir uma cláusula na lei da nacionalidade para conceder a nacionalidade a todas as crianças de origem desconhecida que se encontrem no nosso território e àquelas nascidas no nosso território que, de outra forma, seriam apátridas em 2024.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

A reforma da lei da nacionalidade está incluída no plano de ação nacional para erradicar a apatridia. Como primeiro passo, as autoridades estão a consciencializar as pessoas sobre a importância de incluir na lei da nacionalidade as salvaguardas legais necessárias contra a apatridia infantil. Para este efeito, o Ministério do Interior realizou em 2020 uma sessão de formação para jornalistas sobre a reforma da legislação da nacionalidade, com vista a atribuir a nacionalidade Essuatíni a todas as crianças nascidas ou encontradas no território e que, de outra forma, seriam apátridas.

MADAGÁSCAR

Compromisso: Resolver todas as questões relacionadas com a nacionalidade. As reformas nas legislações terão como objetivo solucionar esses problemas.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

Em 2020, foi realizado em Madagáscar um estudo qualitativo sobre apatridia pelo parceiro de implementação do ACNUR, a Focus Development Association, em parceria com o Ministério do Interior e Descentralização.

Além disso, em setembro de 2020, foi realizada uma campanha nacional sobre o registo de nascimento pelo Ministro do Interior, em parceria com a Focus Development Association.

Em 2020, o Senado desenvolveu uma proposta de reforma da lei da nacionalidade que retira as discriminações e inclui salvaguardas legais contra a apatridia infantil. Em 2021, a Assembleia Nacional optou pela elaboração de uma nova Lei da Nacionalidade que abordará de forma abrangente a apatridia existente e evitará a ocorrência de novos casos de apatridia. O projeto de lei será submetido à aprovação no final de maio de 2021.

NAMÍBIA

Compromisso: Naturalizar as pessoas que chegaram à Namíbia entre 1930 e 1977, adotar uma estratégia nacional e reformar a legislação.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

Em fevereiro de 2021, o governo da Namíbia [anunciou planos](#) para [conceder nacionalidade e emitir documentação de nacionalidade](#) para apátridas/pessoas sem nacionalidade determinada e para os migrantes que chegaram à Namíbia antes da independência.

NAMÍBIA

Compromisso: Implementar totalmente o Plano de Ação para a Erradicação da Apatridia na Namíbia até 2023

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

O esboço do Plano de Ação Nacional para erradicar a apatridia até 2023 foi concluído em 2020, muito antes do tempo. Embora ainda não tenha sido formalmente aprovado, o governo da Namíbia já começou a implementar atividades e criou uma estrutura para acompanhar o seu progresso com reuniões trimestrais do grupo de trabalho e duas reuniões anuais ao nível da direção executiva

Apatridia - Recolha de Dados



Recolha de dados, Namíbia © ACNUR/LAC

ESSUATÍNI

Compromisso: realizar e publicar um estudo qualitativo e quantitativo até 2021

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

O Reino de Essuatíni, com o apoio do ACNUR, concluiu o Estudo Qualitativo sobre Apatridia e os Riscos da Apatridia. Está agendado um workshop de validação para o final do primeiro semestre de 2021.

LESOTO

Compromisso: Realizar um estudo qualitativo para entender melhor a situação de grupos e indivíduos que são apátridas ou que correm o risco de serem apátridas, até junho de 2020.

Em 2020, o Ministério dos Assuntos Internos finalizou os Termos de Referência em consulta com o ACNUR. Está previsto que o estudo seja realizado em 2021.

NAMÍBIA

Compromisso: Identificar os apátridas em todas as regiões e realizar e publicar um estudo qualitativo para compreender melhor a situação dos grupos e indivíduos apátridas que vivem no seu território com o objetivo de encontrar uma solução para esta situação até 2020.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

Em dezembro de 2020, foi realizado um estudo nacional sobre apatridia pelo Legal Assistance Centre (LAC), parceiro de implementação do ACNUR. O primeiro esboço do estudo foi apresentado durante um workshop de validação. O estudo está em processo de finalização com base no feedback recebido. Enquanto isso, as autoridades estão a considerar incluir questões relacionadas com a apatridia no próximo censo.

REPÚBLICA DO CONGO

Compromisso: Realizar um estudo quantitativo e qualitativo para compreender melhor a situação dos grupos e indivíduos residentes no país que são apátridas ou que correm o risco de se tornarem apátridas, com vista a encontrar uma solução para a sua situação e obter dados fiáveis até 2021.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

O estudo qualitativo foi iniciado em abril e deverá estar concluído até ao final de junho. O censo geral da população e habitação será realizado de 22 de junho a 21 de julho de 2021. Para além da recolha de dados gerais sobre a população, irá recolher também dados quantitativos sobre apátridas e pessoas em risco de apatridia na República do Congo.

ZIMBABUÉ

Compromisso: Realizar e publicar um estudo qualitativo e quantitativo para compreender melhor a situação dos grupos e indivíduos apátridas que vivem no seu território, com vista a encontrar uma solução para a sua situação até 2021.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

Foi finalizada uma revisão documental. A preparação para o estudo qualitativo está em curso. O censo, planeado para 2022, está a ser elaborado para também recolher dados sobre apátridas e pessoas em risco de apatridia

Apatridia – Adesão



Consultas nacionais sobre as convenções sobre apatridia na Namíbia. © Ministério de Assuntos Internos e Imigração

REPÚBLICA DO CONGO

Compromisso: Finalizar o procedimento de adesão às convenções da ONU sobre apatridia até ao final de dezembro de 2019.

Situação relativa a implementação do compromisso: em curso

Em 5 de agosto de 2020, o Parlamento da República do Congo adotou leis que autorizam a adesão às Convenções de 1954 e 1961 sobre apatridia. Está previsto que o governo forneça os documentos de adesão no segundo semestre de 2021.

CONTACTE-NOS

Jenny Beth Bistoyong

Responsável Sênior de Meios
de Subsistência
Bureau for Southern Africa
bistoyon@unhcr.org

Emmanuelle Mitte

Responsável Sênior de Apatridia
Bureau for Southern Africa
mitte@unhcr.org

